

"SINERGIA ENTRE LEGISLAÇÃO E ECONOMIA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONSTRUINDO PARADIGMAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL"

II Semana acadêmica online de educação, 1^a edição, de 23/01/2024 a 24/01/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-078-6
DOI: 10.54265/QCBZ8877

JUNIOR; Otto Guilherme Gerstenberger¹, GERSTENBERGER; Fatima Cristina Santoro Gerstenberger²,
GERSTENBERGER; Guilherme Santoro³

RESUMO

Introdução: No âmbito do desenvolvimento sustentável, a educação ambiental assume uma posição de destaque como um meio eficaz de incutir responsabilidade e consciência ecológica entre os cidadãos. Esta investigação interdisciplinar, conduzida por acadêmicos eminentes nas áreas de direito e economia, propõe uma análise aprofundada sobre como os princípios jurídicos e econômicos podem ser harmoniosamente integrados na educação ambiental. Tal integração visa cultivar uma compreensão abrangente e aplicada das práticas sustentáveis, transcendendo o tradicional escopo pedagógico para abranger aspectos legais e econômicos pertinentes ao meio ambiente. **Objetivo:** O objetivo primordial deste estudo é explorar a interseção entre o direito, a economia e a educação ambiental, identificando como a confluência destas disciplinas pode ser instrumental na promoção de práticas sustentáveis. Em particular, busca-se discernir o impacto das políticas ambientais e dos incentivos econômicos no fomento de um comportamento ambiental responsável e na estruturação de programas educacionais eficientes.

Métodos: Adotou-se uma abordagem metodológica mista para este estudo. Inicialmente, realizou-se uma análise detalhada de políticas ambientais em diversos contextos geopolíticos, complementada por estudos de caso de iniciativas de educação ambiental inovadoras e eficazes. Posteriormente, conduziu-se uma pesquisa empírica, envolvendo questionários distribuídos a educadores e alunos em diferentes regiões, com o intuito de avaliar a percepção e a aplicabilidade dos conceitos de direito e economia na educação ambiental. A análise econômica focou na mensuração do impacto dos incentivos financeiros e fiscais em práticas ambientais sustentáveis, enquanto a análise jurídica examinou a eficácia da legislação ambiental na educação e sua aplicabilidade no cotidiano dos estudantes.

Resultados/Discussão: Os resultados obtidos demonstraram que a integração de elementos econômicos e jurídicos na educação ambiental proporciona uma compreensão mais profunda e prática das questões ambientais. Verificou-se que a conscientização acerca da legislação ambiental relevante e dos incentivos econômicos correlatos aumenta significativamente a probabilidade de adoção de comportamentos sustentáveis entre os estudantes. Além disso, a pesquisa revelou que programas educacionais que incorporam estes elementos tendem a ser mais efetivos em instigar mudanças comportamentais duradouras e um comprometimento genuíno com a sustentabilidade. Este fenômeno pode ser atribuído à capacidade desses programas de vincular teoria e prática, proporcionando aos alunos um entendimento holístico das implicações de suas ações no contexto ambiental mais amplo. **Conclusão:** O estudo conclui que uma abordagem educacional que interliga direito e economia com a educação ambiental oferece um meio mais efetivo e pragmático para alcançar o desenvolvimento sustentável. Recomenda-se a inclusão de módulos dedicados a direito ambiental e economia verde nos currículos de educação ambiental, visando fornecer aos alunos uma perspectiva mais abrangente e prática sobre sustentabilidade. Tal abordagem não apenas enriquece o conhecimento dos estudantes, mas também os capacita a tomar decisões informadas e responsáveis no contexto de um mundo ecologicamente frágil.

¹ UVA - Universidade Veiga de Almeida, ottoguilherme@yahoo.com.br
² UVA - Universidade Veiga de Almeida, fatima_santoro@yahoo.com.br
³ FGV - Fundação Getúlio Vargas, guilherme.santoro@live.com

